

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA LERMEN MENEGAZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO LESTE ASIÁTICO ENTRE O PERÍODO DE
1980-2010, NA PERSPECTIVA DA CHINA E DO JAPÃO**

Porto Alegre

2012

FERNANDA LERMEN MENEGAZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO LESTE ASIÁTICO ENTRE O PERÍODO DE
1980-2010, NA PERSPECTIVA DA CHINA E DO JAPÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Fernando Ferrari Filho

Porto Alegre

2012

FERNANDA LERMEN MENEGAZ

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO LESTE ASIÁTICO ENTRE O PERÍODO DE
1980-2010, NA PERSPECTIVA DA CHINA E DO JAPÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Fernando Ferrari Filho – Orientador
UFRGS

Prof. André Moreira Cunha
UFRGS

Prof. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, cujo apoio e incentivo foi fundamental durante a minha jornada na graduação. O amor e confiança que depositaram em mim certamente impulsionou as minhas conquistas.

Agradeço também ao meu orientador Fernando Ferrari Filho. Pela assistência e ensinamentos concedidos, o meu muito obrigada. Contar com a sua ajuda ao longo da graduação foi de grande importância para minha formação.

RESUMO

A região do Leste Asiático envolve países com características bastante dinâmicas em relação ao estudo de suas economias. Durante a década de 1980, é possível visualizar sinais de uma integração na região. O Japão conduz esse processo, firmando-se como um investidor internacional e engendrando o processo de deslocamento produtivo, com a internacionalização de suas empresas. No decorrer nos anos 1990, mudanças são percebidas, pois o Japão começa a se mostrar enfraquecido no seu posto de líder regional. Por outro lado, a China, em ascensão econômica notável, assume papel de destaque regional e mundialmente. A crise de 1997-98 provou a capacidade de liderança chinesa, no que tange ao auxílio regional prestado na superação da mesma, e sinalizou a importância da integração econômica para o Leste Asiático. Mais recentemente, a crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos impactou a região, mas mais uma vez demonstrando o poder da China em sustentar o perfil de crescimento econômico presente no Leste Asiático. O trabalho visa interpretar os acontecimentos que foram desenhando esse processo de integração, buscando compreender nos principais atores regionais, China e Japão, os movimentos que moldaram esse processo.

Palavras-chave: Leste Asiático. China. Japão. Integração comercial. Integração econômica.

ABSTRACT

The economic performance of the East Asian countries has been very dynamics in the last decades. During the 1980s, it is possible to visualize signs of integration in the region. Japan led this process, establishing itself as an international investor and engendering the process of shifting its production, with the internationalization of their companies. In the 1990s, changes are perceived, because Japan showed weakness in regional command. On the other hand, China, in a remarkable economic rise, played an important role regionally and globally. The Asian crisis in 1997-98 proved the competence of Chinese leadership, in terms of the regional help provided to overcome this critical situation, and signaled the importance of economic integration in East Asia. Recently, the global financial crisis started in the United States impacted the region, but once again it showed the Power of China in sustaining the profile of economic growth in East Asia. The goal of this monograph is to interpret the events that have been drawing this integration process, trying to understand in the major regional players, China and Japan, the movements that shaped this process.

Keywords: East Asia. China. Japan. Trade integration. Economic integration.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 1980-1989 (US\$ MILHÕES).....	49
TABELA 2 - BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 1990-1999 (US\$ MILHÕES).....	49
TABELA 3 - BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 2000-2010 (US\$ MILHÕES).....	49
TABELA 4 - EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1980-1989, US\$ MILHÕES.....	50
TABELA 5 - EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1990-1999, US\$ MILHÕES.....	50
TABELA 6 - EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 2000-2010, US\$ MILHÕES.....	51
TABELA 7 – INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 1980-1989, US\$ MILHÕES.....	51
TABELA 8 – INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 1990-1999, US\$ MILHÕES.....	51
TABELA 9 – INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 2000-2010, US\$ MILHÕES.....	52
TABELA 10 - EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1980-2010, VARIAÇÃO %.....	52
TABELA 11 - PIB, 1980-2010, VARIAÇÃO %.....	53
TABELA 12 - PIB, 1980-2010, VARIAÇÃO %.....	54
TABELA 13 - BALANÇA COMERCIAL DOS EUA COM A CHINA, 1980-2008, US\$ MILHÕES.....	54
TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS, 1980-2007, US\$ MILHÕES.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OS ANOS 1980 NO LESTE ASIÁTICO.....	11
2.1 JAPÃO.....	12
2.2 CHINA.....	15
3 OS ANOS 1990 NA REGIÃO E SEUS EFEITOS SOBRE OS ANOS 2000.....	20
3.1 AS CRISES, APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES.....	22
4 O CRESCIMENTO CHINÊS E SEUS IMPACTOS.....	31
4.1 A IMPORTÂNCIA DAS REFORMAS DE 1978.....	31
4.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	34
4.3 AS RELAÇÕES CHINESAS COM OS PAÍSES VIZINHOS.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A – TABELAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Os países do Leste Asiático têm desempenhado um papel cada vez mais importante no cenário mundial. A região, que no ano de 1980 representava cerca de 14% do Produto Interno Bruto mundial, passou a representar, em 2010, aproximadamente 22%. Em relação às exportações, nos mesmos anos, o percentual cresceu de aproximadamente 11% para 23% da totalidade mundial (UNCTAD, 2012). O que se pode notar é a formação de uma rede de comércio e investimentos sofisticada, com complexidade e articulação capazes de intensificar, numa escala considerável, os fluxos de comércio intrarregional.

Enraizados nesse crescimento dos fluxos de comércio e investimentos está a grande elevação do produto, que, somado ao deslocamento de indústrias ocorrido nas principais economias asiáticas, serviram de base para essa expansão. A integração produtiva verificada na região combinou fatores estruturais, macro e micro econômicos, de maneira que o complemento da integração produtiva se mistura com a integração econômica, com uma regionalização levando ao regionalismo.

Com a constatação da presença destes altos níveis de investimento e comércio intrarregional, pode-se afirmar que nos anos 1980 o Leste asiático apresenta sinais de uma integração. O *boom* de Investimento Externo Direto (IDE) que ocorre no Japão o transforma num investidor internacional em grande escala. Essencial para a afirmação dessa produção internacionalizada foi a dinâmica entre as exportações para fora da região e o comércio regional.

Em 1997-98, uma crise se instala na região. A crise asiática é considerada um marco no processo de integração no Leste Asiático, pois impulsiona a intensificação nos esforços para uma integração econômica regional, com a concretização de uma série de iniciativas nesse sentido.

Um fato importante durante o período foi a ascensão chinesa no comércio internacional. Através do IDE vindo da região e ajudado pela política cambial, o país mostrou um crescimento surpreendente e na última década apresentou-se como potência econômica. Assim, o processo de integração regional, antes liderado pelos japoneses, tem uma tendência cada vez mais sino-cêntrica.

Sendo assim, é relevante analisar como isso ocorreu, analisando o que levou essa região ao sucesso. Cabe saber também quais são as perspectivas regionais e globais levando em conta uma intensificação da integração econômica, bem como a consolidação da liderança chinesa.

Este trabalho tem como objetivo expor a evolução histórica recente no Leste Asiático, demonstrando como se deu, nos últimos trinta anos, o processo de integração comercial e econômica dos países da região. A região compreende uma gama de países com características distintas, geralmente sendo considerados: China, Japão, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Laos, Camboja, Mianmar e Brunei. Esse estudo é feito principalmente sob a ótica do Japão e da China, sendo eles os protagonistas nos acontecimentos analisados, pois não é de intenção dessa narrativa tornar a discussão extensa e complexa, o que provavelmente aconteceria caso ela entrasse no âmbito econômico e político de cada país da região.

Para tanto, a hipótese central do trabalho é mostrar que os movimentos ocorridos durante o período influenciaram na evolução do processo de integração econômica na região, e que os acontecimentos fizeram com que, ao longo do tempo, a China adquirisse um papel central na região. A metodologia utilizada foi uma análise descritivo-dedutiva, corroborada por uma análise estatística.

É importante destacar que não há intenção em exaurir a discussão, mas sim obter uma compreensão da maneira como os movimentos econômicos e políticos aconteceram na região nos anos 1980, 1990 e 2000, de maneira a moldar o cenário como se vê na atualidade. Parte dos fatos analisados é um tanto quanto recente e está sujeita a mutações, visto que uma das principais características da região é o dinamismo. Também por esse motivo, o presente trabalho busca dar uma introdução aos acontecimentos, de maneira a ter uma visão das causas das mudanças ocorridas e de que maneira elas afetaram os países da região, no que diz respeito à integração.

Sendo assim, no próximo capítulo serão analisados os acontecimentos na região na década de 1980, quando sinais de uma integração podem ser percebidos. Essa sinalização vem principalmente do processo japonês de internacionalização de suas empresas e com o texto mantendo seu foco a partir da segunda metade da década, quando o Acordo Plaza alterou o cenário até então corrente, não esquecendo da participação decisiva nos EUA nesse movimento.

No capítulo 3, trata-se dos fatores que afetaram o desenvolvimento do Leste Asiático a partir dos anos 1990, principalmente visando obter um maior entendimento sobre um marco para a integração regional, o qual foi a crise asiática de 1997-98. Partindo desse contexto, o texto fala sobre as iniciativas que intensificaram a integração econômica na região, trazendo uma discussão sobre as decisões e acordos que desenham esse ambiente de maior união regional. São considerados também os efeitos da crise internacional que abrange os anos finais do período abordado nesse trabalho, a crise internacional iniciada nos EUA.

O capítulo 4 compreende especificamente a ascensão chinesa. Através de fatos históricos e estatísticas, exemplifica-se o surgimento de um fenômeno da economia mundial, que no decorrer das últimas décadas se destaca entre as economias periféricas, cria *status* de potência econômica e torna-se o protagonista da integração econômica no Leste Asiático. Para discorrer sobre tal assunto, também são levadas em consideração as suas relações com os países centrais, principalmente os EUA, bem como o impacto do crescimento chinês nos países vizinhos e na institucionalização da integração.

Por fim, são expostas as considerações finais do trabalho, acerca dos movimentos econômicos ocorridos na China e no Japão e o panorama da integração na região.

2 OS ANOS 1980 NO LESTE ASIÁTICO

A aceleração da economia dos países do Leste Asiático pode ser percebida a partir da segunda metade do século XX. Os países da região como a China, o Japão e as Novas Economias Industrializadas, como a Malásia, a Tailândia e a Indonésia, começaram a demonstrar um notável crescimento do produto.

Segundo Leão (2010), apesar do dinamismo presente, dos países estarem em uma localização próxima e das ideologias políticas apresentarem uma convergência, nesse ponto excluindo-se a China, o que se pode notar é que até os primeiros anos da década de 1980, esses países não tinham um grau de relação econômica considerável dentro da região, e sim ocorria o prevalecimento do relacionamento com países mais distantes como os EUA e a Europa.

Após a Segunda Guerra Mundial, a integração nessa região começa a surgir. Porém, não se tinha uma iniciativa consistente em torno desse objetivo, conforme citado por Frantz (1998), uma “universalização de iniciativas”, que é o que se percebe na década de 1980. Presser (1995) vê o processo de globalização reforçando o processo de regionalização, e vice-versa. O advento da globalização e as oportunidades proporcionadas através disso, bem como a formação dos conglomerados na região, foram significativos para que essas economias atingissem um patamar mundialmente mais competitivo.

A China, pelas reformas (Quatro Modernizações) que no final da década de 1970 a tornaram uma “Economia Socialista de Mercado”, mantinha uma boa relação com os EUA. Em situação divergente, o Japão começou a perceber que não estava mais se favorecendo tanto no relacionamento com o país norte-americano. Em função disso, a economia japonesa se interessou em buscar parcerias na região.

A “Economia Socialista de Mercado” chinesa e os “tigres asiáticos” (Hong Kong, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan), com seu capitalismo impulsionado pelo Estado, articularam-se então com a economia japonesa. Seguindo essa tendência, a ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*), apesar de não ter um projeto de desenvolvimento definido, juntava-se a esse modelo de crescimento (VISENTINI, RODRIGUES, 2000). Segundo Leão (2010, p.10):

Seria de esperar-se que à falta de medidas de fomento ao regionalismo, o Leste Asiático desenvolvesse um padrão de comércio dominado pelas

trocas com os países desenvolvidos. O que se observou, no entanto, foi o declínio relativo desses países, e o crescimento das economias regionais.

2.1 JAPÃO

O Japão tem uma estrutura de trabalho barato e disciplinado e foi nessa estrutura que foram introduzidas indústrias intensivas em capital e recursos, tirando proveito do cenário que se apresentava após a Segunda Guerra Mundial. O Japão foi pioneiro de um modelo produtivo e comercial que acabou sendo adotado por vários países dentro da região.

Foi no final do século XIX que o País inicia seu programa de industrialização. A era “Meiji” trouxe uma estratégia de desenvolvimento guiada pelo Estado e o país foi se favorecendo de boas relações com os centros hegemônicos da época, EUA e Europa. No pós-guerra, a estratégia geopolítica e imperialista dos norte-americanos favoreceu os japoneses com a obtenção de tecnologia do país mais avançado, o que oportunizava a construção de grandes empresas sob controle do país asiático (SAWAYA, 2011).

O Japão criou em torno de si uma área econômica regional que incluía a Coreia do Sul e também países onde os chineses faziam parte das elites econômicas. Enquanto isso, a China estreitava suas relações com as comunidades da diáspora. Nesse processo, afirma Leão (2010), as redes capitalistas japonesas e chinesas vão formando as redes asiáticas, congregando as redes étnicas japonesas, chinesas e coreanas.

A estratégia japonesa estava ancorada em um forte e bem estruturado planejamento estatal, que dava as condições para o crescimento e estruturação nos conglomerados com o dinheiro advindo do próprio Japão. Segundo Allen (1983), o objetivo do País era tornar-se uma potência em nível mundial, competindo diretamente com os americanos e europeus através de seus conglomerados.

Os japoneses inicialmente copiavam os produtos e tecnologias dos países mais desenvolvidos, visando criar uma indústria nacional e independente. Conforme Sawaya (2011), foi criada uma estrutura industrial com capital japonês e de propriedade de japoneses, capaz de competir com vantagem com as indústrias dos centros hegemônicos. Esse fato constatou-se através da invasão de produtos japoneses que ocorreu nos mercados centrais.

Os “tigres asiáticos” também buscaram a industrialização através de medidas desenvolvimentistas e inseriram-se na economia regional como plataformas de exportação. Utilizaram-se de muitos elementos do “modelo japonês”, bem como a articulação com esse País, produzindo componentes a preços baixos para os japoneses. As relações com os EUA também se mostravam favoráveis para esses países e as pressões pela abertura do mercado interno teve impacto sobre os “tigres asiáticos” apenas no final da década, diferentemente do ocorrido no Japão.

Ainda analisando o caso dos “tigres asiáticos”, o Estado dos mesmos investiu intensamente em tecnologia e formação de mão de obra especializada, associado com as empresas privadas. Os ganhos das exportações eram usados para alavancar o processo industrializante e as empresas estratégicas eram agrupadas em conglomerados empresariais de caráter fortemente oligopólico, como na Coreia do Sul, os *chaebol* (VISENTINI, RODRIGUES, 2000).

A partir do incremento da competitividade japonesa e conseqüentemente a enxurrada de produtos de origem nipônica que se encaminhavam para os países hegemônicos, medidas como a desvalorização do dólar, o protecionismo americano e a valorização do *yen* foram tomadas para “frear” os japoneses e melhorar a situação dos EUA. “Contudo, como resultado da reconversão econômica japonesa, observa-se a manutenção de um crescimento significativo da balança de pagamentos, que, por sua vez, apresentou como desdobramento a permanência de relações comerciais superavitárias em detrimento dos EUA” (VISENTINI, RODRIGUES, 2000, p.75).

O País torna-se um grande investidor internacional. Nesse particular,

[a] lógica do investimento externo dos conglomerados japoneses na Ásia parece obedecer a seguinte estratégia:

- deslocamento de capitais (abertura de filiais e formação de joint ventures) para a conquista de mercados locais e regionais substituindo aí importações (efeito substitutivo);
- a expansão das exportações a partir destes mercados para os EUA e UE, contornando barreiras protecionistas e a perda de competitividade decorrente da apreciação cambial;
- ampliação das exportações japonesas para novos mercados, hospedeiros dos IDEs (efeito expansivo);
- ampliação do sistema de subcontratação garantindo fornecedores de baixo custo para outras subsidiárias localizadas no Japão (MEDEIROS, 2008, p.23).

Percebe-se então que o Japão realocava suas indústrias, nos países dos “tigres asiáticos” ou ASEAN visando obter mais competitividade. Conforme afirmam Visentini e Rodrigues (2000), essa estratégia foi uma reação dos nipônicos à crise do petróleo, além dos impulsos vindos da relação transpacífica com os norte-americanos.

No Acordo de Plaza, que ocorreu no hotel de mesmo nome em setembro de 1985, nos EUA, os governos de França, Alemanha, Japão, EUA e Inglaterra, decidiram valorizar o *yen* frente ao dólar. Foi uma medida de grande importância, sendo o estopim de um movimento dos EUA para reverter seu déficit comercial com o Japão.

Com a pressão vinda dos norte-americanos e, conseqüente, perda de competitividade de duas exportações, o Japão vê como saída intensificar os deslocamentos da produção para seus vizinhos do leste e sudeste asiático. Conforme Medeiros (2008), a transformação do Japão nos anos imediatos ao Acordo de Plaza no maior investidor internacional foi um ajustamento do País à reação dos EUA, ou seja, os novos alinhamentos macroeconômicos ditaram essa intensificação na internacionalização das empresas japonesas na região.

A saída, para o Japão, foi estreitar suas relações com a Ásia, pois a alta do *yen* em relação ao dólar aumentou a competitividade dos EUA e diminuiu o ritmo das exportações japonesas para os norte-americanos. Pelo contrário, era agora os norte-americanos que incrementavam suas exportações para o Japão, visando amenizar sua situação deficitária. Um exemplo citado por Visentini e Rodrigues (2000) é a união entre a Toyota e a General Motors. As empresas, situadas nos EUA, importavam os eletrônicos do Japão e reexportavam o produto final, que tinha como destino inclusive o Japão. Dessa maneira, o superávit comercial diminuiu paulatinamente.

Assim, o Japão mantinha seus laços com os EUA na política externa, mas ao mesmo tempo buscava outras parcerias na Ásia e na Europa. A partir de 1988, não apenas o Japão, mas os quatro “tigres asiáticos” se afirmaram como investidores regionais, especialmente nos países da ASEAN+4 (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia) e na China. De acordo com Medeiros (2008), a lógica destes investimentos, particularmente oriundos da Coreia do Sul e Formosa, parece seguir o padrão japonês.

Quando as pressões externas se abateram sobre os países dos “tigres asiáticos”, ocorreu uma abertura gradual da economia, observando-se uma intensificação dos investimentos por parte dos “tigres asiáticos” em outros países asiáticos, nos países do

sudeste asiático e na China. No caso do último, como já citado anteriormente, possuía forte relações com Hong Kong.

Conforme Visentini e Rodrigues (2000), os “tigres asiáticos” realocaram suas empresas tradicionais para o sudeste asiático. Isso porque o parque produtivo foi alterado e havia a necessidade de qualificar a força de trabalho, aumentando os custos de produção. Esse novo padrão de desenvolvimento dos referidos países demandava mais capital, tecnologia, e circulação em grande escala. Com a realocação das empresas, podia-se obter uma mão de obra de baixo custo.

Tavares e Beluzzo (2004) destacam a fragilidade da estratégia japonesa em relação aos centros de poder, principalmente diante dos EUA. Esses últimos, ameaçados pelas empresas japonesas, alteraram sua política econômica e minaram a aspiração japonesa de grande potência mundial e mostraram sua dependência do dólar.

A estrutura da indústria japonesa, competindo com os países hegemônicos, mas dependendo das exportações e importações de matérias-primas, fez a mudança na política econômica norte-americana afetar significativamente o Japão (SAWAYA, 2011). Nesse sentido, Sawaya (2011, p.218) afirma:

Parte desse processo de interrupção do crescimento japonês parece estar relacionada à sua estratégia de contrapor diretamente suas empresas em competição com grandes multinacionais do centro, como, por exemplo, a Toyota. Além disso, o Japão, apesar de levar o crescimento de seu mercado nacional ao extremo, não consegue modificar sua base de acumulação, que está estruturalmente ligada ao mercado externo, principalmente norte-americano e europeu. Bastou a política norte-americana que incentivou uma relativa reestruturação produtiva para que esta voltasse a ser competitiva, bem como a política de demonstração do efetivo poder do dólar como moeda hegemônica internacional, para enfraquecer a economia japonesa e frear seu sonho de potência hegemônica. Mas, pelo menos, como afirmava Furtado, a via japonesa livrou o país da industrialização dependente e subordinada, fato que também parece estar em consideração na China, de forma bem mais complexa.

2.2 CHINA

O governo chinês adotou, na década de 1970, uma série de medidas que foram cruciais para o futuro do País, pois foi estabelecido um novo padrão de desenvolvimento, bem como uma abertura externa, mesmo que seletiva.

Foi em 1978 que o País iniciou as Quatro Modernizações, um pacote de políticas que incluíam a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma “economia socialista de mercado”, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiros e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação. Segundo Visentini (2011), nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), geralmente províncias costeiras, legislações próprias foram introduzidas visando introduzir certos mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras.

Por outro lado, ainda de acordo com Visentini (2011), manteve-se uma estrutura socialista paralela e um grande número de pessoal continuou vivendo no meio rural, o que permitiu ao setor capitalista da economia uma oferta de mão de obra abundante a um custo extremamente baixo. Educação, saúde, habitação, alimentação e transporte público têm um custo baixo no País, o que o torna competitivo. Aí o significado da expressão “Economia Socialista de Mercado”. Visentini (2011, p.3) enfatiza que “[a]lém da base material e da estabilidade sócio-política construídas pelo regime socialista, a China possuía ainda a possibilidade de utilizar outros trunfos, que haviam favorecido o desenvolvimento de Taiwan, Hong Kong e Cingapura: a diáspora chinesa e seus recursos financeiros”.

De acordo com Leão (2010), Huan Xiang também foi importante para o País ao ressaltar que a China precisava manter relações econômicas fortes com o Ocidente e o Japão para não ser excluída dos resultados da revolução tecnológica que ocorria. Xiang realizou estudos demonstrando que a China estava numa situação de atraso e uma nova política terceiro-mundista, bem como reaproximar-se do Leste Europeu não renderiam para o País uma reversão desse relativo atraso.

Conforme Oliveira (2005), a globalização ia se ascendendo, e vendo o desenvolvimento dos demais países do Leste Asiático, tornava-se claro que a China precisava de uma mudança. O líder Deng Xiaoping foi convencido da necessidade da aproximação e transferência de tecnologia vinda dos países desenvolvidos, realizando trocas de visitas entre o primeiro ministro chinês na época Zhao Ziyang e o presidente americano Ronald Reagan, ocorridas em 1984.

Segundo Oliveira (2005), Deng dava papel de destaque à ciência e à tecnologia, tanto que convocou em 1978 a Conferência Nacional da Ciência, e tornou a ciência e a tecnologia base das três outras modernizações que promoveria. Ele também incentivou a reestruturação

da comunidade científica, a qual sofreu grandes prejuízos com a Revolução Cultural ocorrida no final da década de 1960 e início dos anos de 1970.

Deng, cujos assessores estudavam as medidas desenvolvimentistas tomadas por outros países asiáticos, e absorvendo as lições para seu País, acabou alcançando um patamar superior na região. Tomando as devidas precauções para não se afastar do socialismo e mantendo a visão política de edificação tecnológica de era de Mao, introduziu na China uma união do Estado socialista com o desenvolvimentista.

Como cita Oliveira (2005, p.36), “os denguistas tiveram que reinventar o caminho da industrialização tardia”. Isso porque a conjuntura internacional já não era mais a mesma que a dos anos de 1950 e 1960, período em que os norte-americanos buscavam aliados contra o socialismo no Leste Asiático, como quando ajudaram o Japão, Coreia do Sul e Taiwan a realizar reformas e industrializar-se, para depois exportar as produções manufatureiras para os EUA. Na contramão, quando a China propôs abrir-se para o mercado, o que percebia-se nos Estados desenvolvidos era a tendência para as políticas protecionistas.

As novas realidades mundiais não mais permitiam que candidatos a industrializar-se seguissem o caminho do emparelhamento (*catching-up*), desbravado pelo Japão e seguido com tanto brio por Coreia do Sul e Taiwan. As possibilidades abertas à China consistiam em buscar o emparelhamento explorando as oportunidades existentes na base de conhecimentos da economia globalizada (OLIVEIRA, 2005, p.37).

Para dar início a esse caminho diferenciado, Deng mobilizou o apoio financeiro e tecnológico da diáspora chinesa, com a criação de quatro ZEEs, com localização estratégica visando atrair os investimentos de Hong Kong, Taiwan e Sudeste asiático.

Leão (2010) afirma que os primeiros sete anos de abertura dos chineses foram aproveitados em grande escala pelos negociantes de Hong Kong, que investiam capitais próprios e também canalizavam investimentos taiwaneses e dos chineses no Sudeste Asiático. Nas palavras dele,

[i]sso se explica pelo grande receio de investidores de fora do “Círculo Chinês” em estabelecer *joint ventures* com os “capitalistas vermelhos” da China socialista. Como existiam, em muitos casos, laços pessoais entre esses e os investidores chineses de ultramar ou os intermediários de Hong Kong, essa barreira tornava-se irrelevante (LEÃO, 2010, p.2).

Os investidores ocidentais e japoneses também citavam como um entrave ao estabelecimento das *joint ventures* o aspecto cultural. Esses fatores explicam, inclusive, o

relativo entusiasmo dos investidores ocidentais e japoneses com o mercado chinês a partir de 1986, ano em que foi autorizada a operação de empresas com capital 100% estrangeiro – o percentual permitido pela legislação de 1979 era de 25% (STORY, 2004).

Até 1984, as reformas ficaram restritas ao campo. Em outubro desse ano, como mencionado por Visentini e Rodrigues (2000), o Partido Comunista Chinês (PCC) ampliou as reformas para os centros urbanos. A liberalização do controle sobre os preços e a concessão do poder aos diretores de empresas para contraírem empréstimos e demitirem pessoal acabou com a garantia de pleno emprego.

Em pouco tempo já foi possível perceber os resultados das mudanças implementadas, com o País passando a exportar alimentos e crescendo a taxas superiores a 10% ao ano. O impacto da inserção mundial da China foi imenso por três razões: sua elevada taxa de crescimento do PIB, pelo peso econômico e populacional chinês, e pela sua dimensão que é continental. “À revoada dos “gansos” integrou-se um “condor” que possuía superávit comercial sobre o Japão e os EUA. No plano da política externa, a China lograva reinserir-se no mundo, com uma presença cada vez maior nos assuntos internacionais, particularmente na ONU” (VISENTINI; RODRIGUES, 2000, p.70).

O *boom* de exportações e investimentos, principalmente sob a forma de IDE vindo do Japão e demais “tigres asiáticos”, resultou no acelerado crescimento dos países da ASEAN-4. Neste aspecto, conforme destaca Medeiros (2008), a China provavelmente tenha demonstrado o caso de crescimento mais notável. Em 1984, o financiamento externo da economia chinesa foi de US\$12,9 bilhões e o IDE foi de US\$12,6 bilhões. Em 1987 estes números foram, respectivamente, US\$ 58,1 e US\$23,1 totalizando a cifra de US\$ 84,5 bilhões.

Com a sua moeda, o *yuan*, desvalorizada frente ao dólar e ao *yen*, o comércio exterior não viu empecilhos para a sua expansão. Expansão essa que se deu toda com o investimento externo de origem asiática, principalmente de origem de Hong Kong. Hong Kong foi alterando assim a característica de suas exportações, que inicialmente eram de origem própria, mas que com os investimentos na China passaram a ser, em grande parte, reexportações oriundas da China. Também Hong Kong, como a Coreia do Sul e Formosa perdem em 1989 o sistema de preferências generalizado outorgado pelos EUA, o principal mercado para estes países (MEDEIROS, 2008).

Foi num clima de entusiasmo que se iniciou uma crise que impediria a continuidade das reformas econômicas até o final da década. Segundo Leão (2010), a crise teve início com um superaquecimento industrial e os problemas com as reservas devido ao grande déficit comercial. Do plano econômico transfere-se para a instabilidade social, com o ápice na Praça da Paz Celestial em 1989, quando protestantes foram violentamente reprimidos pelo governo chinês. Apesar do cenário dramático, o processo de modernização saiu fortalecido da crise, pela sobrevivência perante aos inimigos e renovando o papel de legitimador do governo chinês (LEÃO, 2010).

3 OS ANOS 1990 NA REGIÃO E SEUS EFEITOS SOBRE OS ANOS 2000

A desintegração da URSS pôs fim ao sistema bipolar com o qual o mundo se deparava. Foi o início de uma nova ordem mundial, que trouxe incertezas e a intensificação da competição econômico-tecnológica. Para Visentini (2011, p. 134), “[o] fenômeno da globalização passa, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de pólos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional”.

Com o fim da Guerra Fria, os países do Leste Asiático deixaram de ser aliados prioritários para os americanos. Dessa forma, os países da região foram obrigados a buscar uma maior autonomia e redirecionar seus fluxos comerciais e de desenvolvimento para sua região, já que não podiam contar com um bom apoio dos EUA.

A situação dos dois principais países da região era contraditória: o Japão entrava em estagnação, enquanto a China só fazia aumentar o seu crescimento econômico. Assim se desenhava um novo rumo no desenvolvimento asiático, com a China se lançando no papel de protagonista desse movimento, mantendo os “tigres asiáticos” em torno de si e ocupando um lugar que antes pertencia aos japoneses (VISENTINI; RODRIGUES, 2000).

Fawcett (1995) argumenta que o fim do período da Guerra Fria contribuiu para a interdependência, mas trouxe uma maior vulnerabilidade para os países. Segundo ele, o regionalismo começou a ser usado para que não acontecesse uma marginalização na região, bem como para que se mantivesse o poder de barganha entre as potências.

Os anos de 1989 a 1991 foram épocas de mudanças e decisões do Leste Asiático. Fatos muito importantes ocorreram nos países mais importantes da região, desenhando os anos seguintes e trazendo um novo panorama. A China passou por uma crise política que pôs em risco as reformas modernizadoras iniciadas em 1978. Porém, a ameaça de um governo nacional-militarista não se concretizou, e as medidas de modernização foram preservadas.

Para o Japão, o cenário se apresentou de uma maneira diferenciada. O País passou por uma crise econômica que se transformou em estagnação crônica. Não se viu mais o crescimento das últimas décadas, mas não se chegou ao caos econômico. Ademais, “[n]o âmbito de suas relações econômicas internacionais, houve enfim a convergência da necessidade japonesa de exportar suas indústrias manufatureiras com a da China de abrir-se para os capitais de outros países” (LEÃO, 2010, p.93).

Conforme cita Leão (2010), a década de 1990 aprofundou a integração produtiva no Leste Asiático. A China, que tinha uma boa relação com Hong Kong, Taiwan e as comunidades da diáspora, integrou nessa parceria a Coreia do Sul e o Japão. Assim as redes de capitais e mercadorias foram se unificando. Um processo importante foi o de fusão das redes empresariais chinesas, japonesas e coreanas.

Outro acontecimento a ser evidenciado é que quase todos os países da região abriram suas contas de capital, com exceção de Taiwan, Cingapura e China. Os precursores dessa desregularização foram os países da ASEAN. Conforme mencionado por Torres (1997), as justificativas para esse movimento foram as pressões do governo norte-americano e de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Além disso, as economias centrais apresentavam uma liquidez considerável, que poderia ser aproveitada pelos países asiáticos.

No que tange a ASEAN, em seu âmbito econômico, o ano de 1992 não pode deixar de ser lembrado. É nele que a *Asean Free Trade Area* (AFTA) é inaugurada. Visentini (2011) ressalta que a consolidação chinesa, com a abertura e atração de investimentos externos, foi um exemplo importante para a criação do grupo. Outro aspecto que influenciou no lançamento dessa área de comércio foi o caráter ameaçador que o *North America Free Trade Area* (NAFTA) representava para a região, pois investimentos de Japão, Taiwan e Coreia do Sul poderiam ser desviados para o México.

Na primeira metade da década de 1990, a conjuntura era favorável. Nos países da ASEAN, nas NEI e na China verificava-se uma boa taxa de crescimento, e os investimentos do Japão nesses países era considerável. Os investimentos japoneses nos sistemas produtivos da região surtiam um efeito “dominó” e a competitividade e o mercado chineses eram fatores fundamentais.

Sendo assim, os fluxos de capitais e mercadorias eram intensos. Entretanto, nos anos posteriores, a integração que só mostrava benefícios começou a sinalizar seus aspectos negativos, que culminaram numa crise. A inserção desses países no mercado global e regional de bens e capitais se transformou na crise asiática, cujos dois principais países da região tiveram atuação fundamental (LEÃO, 2010).

Não podendo mais contar com a proteção dos EUA, a China procura remanejar sua política, sem, contudo, entrar em conflito com a hegemonia dos norte-americanos. Brochier (2009) relata essa política de Estado, com apoio no sentimento popular:

Assim, desenvolveram-se, paralelamente, duas tendências intelectuais: o retorno à tradição e o resgate da figura de Mao como socialista e patriota. Tais tendências, formalmente opostas, fundiam-se numa original lógica nacionalista, que buscava contrabalançar o ocidentalismo individualista e liberal que penetrava na sociedade chinesa através das reformas de mercado (BROCHIER, 2009, p.110).

Já o Japão encontrava-se em crise, com problemas no seu sistema político, sofrendo pressões dos EUA e abalado com as mudanças no cenário internacional. O País esforça-se para manter o seu modelo de desenvolvimento, com a dúvida da integração com seus vizinhos ou com os norte-americanos. O Japão perdeu, com o fim da Guerra Fria, seu cunho estratégico para a política dos EUA.

Em 1995, a continuidade das relações comerciais em favor dos japoneses acaba por tornar mais séria a crise entre o país e os EUA, ocasionando a alta do *yen*. Em 1994, os dois países haviam acertado um tratado referente à abertura do mercado japonês. A partir de então, os norte-americanos pressionam, ameaçando limitar as importações de automóveis, caso os nipônicos não fizessem a abertura do seu mercado às peças norte-americanas.

Visando reverter essa situação, o governo japonês institui um plano para relançar sua economia. O plano tem como base uma redução dos custos e a transparência de várias empresas para os países vizinhos. Isso proporcionou para China, Malásia e Coreia do Sul a oportunidade de adquirir conhecimento e tecnologias de ponta vindos dos japoneses. Em suma, além da pressão dos EUA e melhora da capacitação nos arredores, o País enfrentava um quadro de baixa produção industrial e necessidade de manutenção do nível de emprego para assegurar o poder de compra da população (VISENTINI; RODRIGUES, 2000).

3.1 AS CRISES, O APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO E DAS INSTITUIÇÕES

Segundo Cunha (2008), a crise financeira asiática de 1997-98 foi um marco para que as nações da região percebessem a importância contida na criação de instituições e mecanismos que mostrassem mais eficiência na cooperação monetária e financeira no Leste Asiático. Conforme citado pelo autor, a crise mostrou aspectos relevantes que os *policymakers* não levavam em conta até então, sendo eles o efeito contágio e os pacotes de

socorro financeiro. O primeiro decorre da integração regional já existente e o segundo, vindos das instituições sediadas nos EUA, poderia acabar indo contra os interesses asiáticos.

A instabilidade teve antecedentes no Japão. Com as dificuldades econômicas que o País vinha sofrendo, via na cooperação com os seus vizinhos uma forma de compensação para seus problemas com os norte-americanos. Os imóveis e terrenos que eram dados como garantia nos empréstimos bancários supervalorizam e, no começo da década de 1990, uma bolha imobiliária estoura no País, seguida pela explosão de uma bolha financeira.

As consequências só pioram a situação já ruim do Japão, pois há o bloqueio da oferta de dinheiro, visando evitar a inflação, e além disso, a falência de bancos, os quais nem todos podem ser socorridos pelo Estado. O modelo de desenvolvimento, que sempre contou com grande crescimento econômico, já não se mostra mais eficiente, e como os empréstimos japoneses se estendiam para a Ásia Oriental e o Sudeste Asiático, a crise se torna regionalizada (VISENTINI; RODRIGUES, 2000).

Em julho de 1997, a crise tem início na Tailândia, devido a ataques especulativos, e logo se dissemina pela região, gerando um pânico financeiro (ADB, 2008). Conforme Wan (2008), a crise atingiu os países com diferentes graus de intensidade, mas nos países onde a crise se instalou, ela seguiu geralmente um mesmo padrão. Primeiramente, uma crise de taxas de câmbio, levando à desvalorização das moedas nacionais. Logo após, a crise passa para os bancos, seguida por uma crise social e política.

Quanto aos motivos que levaram à eclosão dessa instabilidade, podem ser discorridas várias opiniões. Berg (1999) divide as causas da crise em duas categorias. A primeira delas é que as deficiências internas dos países afetados contribuíram para as origens da crise. Por exemplo, na Tailândia, problemas macroeconômicos tradicionais, como déficits em conta corrente se tornando insustentáveis e a taxa de câmbio sobrevalorizada.

Em segundo lugar, diz Berg (1999), em função dos problemas internos, como também o alto percentual de dívida externa em relação ao produto, os credores estrangeiros não acreditavam mais na seguridade de seus pagamentos, até porque não havia reservas suficientes para cobrir as obrigações. O pânico financeiro estava instalado. Rana (2002) também enxerga a crise como o resultado das dificuldades estruturais e financeiras atreladas a uma queda na confiança, “*bank runs*” e saída de dinheiro.

A abertura das contas de capital e a liberalização do sistema financeiro permitiu que

os países da região contraíssem empréstimos em outras moedas, bem como a tomada de crédito com instituições estrangeiras. Kawai (2005) percebe que esse movimento trouxe benefícios para o crescimento econômico do leste asiático, pois atraiu capital para os investimentos, mas num sentido oposto também aumentou a vulnerabilidade das economias, sentida durante a crise.

Palma (2004) cita fatores financeiros, comerciais e políticos que levaram a crise. Entre eles, a grande liquidez que se verificava nas economias centrais, junto à abertura das contas de capital mesmo sem a presença de regulação madura para tal movimento. Outro fator levado em questão é a desvalorização das principais moedas da região (o *yuan* e o *yen*) em relação ao dólar no anos anteriores a crise. Ainda, segundo ele, percebia-se um interesse das elites políticas em permanecer com os desequilíbrios econômicos, visando manter a expansão das dívidas em moeda estrangeira.

Com o decorrer do tempo, os déficits em conta corrente não são mais sustentáveis com a desvalorização das moedas, pois, apesar das exportações terem desacelerado, o mesmo não ocorreu com os fluxos de capitais. As autoridades monetárias aumentam a dependência da poupança externa para financiar os déficits em conta corrente, levando o endividamento a altos níveis. Para piorar a situação, não havia *hedge* na maioria dos empréstimos em dólar, pois havia a confiança de que os governos conseguiriam manter o câmbio fixo (WADE, 2000; TERRY, 2002).

Dessa maneira, o aumento dos fluxos de capitais contrastava com uma deterioração da economia, com câmbio real apreciado e amplo déficit em conta corrente. Isso contribuiu para a formação de uma bolha de ativos em diversos países. A bolha de ativos, como citado anteriormente, era de interesse de alguns agentes, pois gerava ganhos a indivíduos bem posicionados, fazendo com que se mantivesse crescente o endividamento (LEÃO, 2010). Segundo Wan (2008), os empresários com uma maior conexão política eram favorecidos, obtendo mais dinheiro, o que não necessariamente correspondia às empresas com maior eficiência.

No que diz respeito às taxas de câmbio, os países desejavam manter suas moedas atreladas ao dólar, com taxas fixas, com autonomia na política monetária e ao mesmo tempo a abertura financeira. As políticas econômicas tornaram-se insustentáveis, pela chamada trindade impossível (taxa de câmbio fixa, livre fluxo de capitais e política monetária autônoma). Conforme Leão (2010), foi necessário que as autoridades monetárias abrissem

mão da política monetária autônoma, com o objetivo de manter o câmbio fixo e a livre mobilidade de capitais.

Em suma, o que pôde ser percebido com a crise foi que as consequências não tão positivas da integração começaram a ser sentidas. Nas palavras de Leão (2010), os vínculos que até então poderiam ser invisíveis se evidenciaram. Nesse contexto, os protagonistas da região (China e Japão) buscaram agir, cada um de sua maneira, para reverter a situação de instabilidade e pânico que tomava conta do Leste Asiático. Como cita o autor, tratou-se de um “processo pendular”, pois as ligações entre os países, que os levaram à prosperidade, foram as mesmas que resultaram na crise e, num período seguinte, ressuscitaram para o desenvolvimento.

Imprescindível para a saída da situação crítica foi a presença, por parte da China, de um grande apetite importador. Nos quatro anos que se seguiram à crise, a evolução das exportações dos países asiáticos mostra que as importações chinesas foram o motor para a recuperação das economias.

Outra evidência importante para constatar essa liderança chinesa para tirar os vizinhos do abismo é que o País possuía uma maior liberdade de ação frente aos EUA, preservando sempre uma postura de grande potência frente aos norte-americanos. Assim a China construiu uma relação de interdependência menos hierárquica que os demais países, diferenciando-se da liderança japonesa (LEÃO, 2010).

Em contrapartida, o Japão encontrava-se praticamente engessado pelas pressões dos EUA. Não é a toa que o País é chamado de o “gigante com pés de barro”. O Japão tinha uma aliança com os EUA que contribuía para a modernização de sua economia, mas que restringiu suas manobras para a inserção regional, onde se limitou à expansão de suas redes corporativas. O Japão foi fundamental na região, com a internacionalização de empresas e sua grande contribuição para o desenvolvimento regional, bem como na inserção da China nessa realidade. Porém, as amarras que existiam entre os japoneses e os norte-americanos não deram a liberdade que os chineses possuíam para concretizar uma hegemonia regional. (KWAN, 2001).

O Japão viu na crise a oportunidade para afirmar-se como liderança regional, o que já vinha exercendo nos últimos tempos com a formação das grandes redes regionais de produção. Sendo assim, de acordo com Cunha (2008), o Japão foi o primeiro país a reagir à crise, com a proposta de criação do Fundo Monetário Asiático (FMA). Entretanto, essa ideia

não foi bem vista pelos EUA, e as pressões vindas dos norte-americanos e do FMI juntaram-se às desconfianças internas que resultaram por invalidar a ideia japonesa.

Além das diferenças já citadas entre os dois líderes da região, outro fato é que os nipônicos basearam a sua estratégia de integração num modelo de crescimento liderado pelas exportações, com incremento de seu superávit comercial. Em contrapartida, os chineses aprofundaram os laços com a região limitando os efeitos negativos do modelo japonês (SACHS; WOO, 2001).

O que se pode notar é que a China tornou-se para o Japão, as NEI e a ASEAN o que o Japão foi para toda a região durante alguns anos da década de 1980, uma plataforma de exportação para os países centrais (Europa e EUA) e do próprio Japão (LEÃO, 2010). O fato é que, depois da crise, a China catalisou as energias produtivas asiáticas. Apesar da ascensão chinesa, é válido ressaltar que as manufaturas japonesas tiveram papel importante, enquanto as *trading companies* abandonavam a região. Em função disso, fluxos de mercadorias e capitais de vizinhos como Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura com a China tinham em sua origem recursos japoneses. Por isso, não se pode negar a ligação entre os principais atores do Leste Asiático. China e Japão possuem uma relação intensa.

A China, após as dificuldades encontradas depois da troca de comandante, quando Deng Xiaoping assumiu o poder, e da decisão de modernizar sua economia, encontrava-se e sentia-se agora como uma liderança, em meio ao mundo globalizado, em condições de servir de suporte aos seus vizinhos em comércio e investimentos. E a crise de 1997-98 foi fundamental para a afirmação desse posicionamento. Em 1997, o País ainda não era considerado uma das maiores potências comerciais do mundo. Porém, o seu ímpeto importador que socorreu as economias fragilizadas da região com a demanda interna em declínio, recebendo as exportações de matérias-primas e bens intermediários, foi um fator decisivo.

Dessa forma, a China ajudou a estancar a instabilidade, o desinvestimento e o desemprego de fatores de produção que seriam necessários na região caso não acontecesse a ajuda chinesa. Com a superação da crise, o País passa a concentrar também o capital da região, com notável interesse de empresas coreanas em alocar-se na economia chinesa, demonstrando a atração que a China passou a exercer para os recursos da região (STORY, 2004; MEDEIROS, 2004).

Ao contrário da iniciativa japonesa frustrada de criar o FMA, se deu a Iniciativa de Chiang Mai (ICM), que leva o nome da cidade tailandesa que sediou o encontro entre os países da ASEAN e o Japão, a China e a Coreia do Sul. Foi instaurada então, a partir de maio de 2000, uma rede de *swaps* bilaterais de reservas cambiais que se transformou, no ano de 2007, em um *pool* compartilhado em uma base multilateral. Na verdade este encontro em 2000 ampliou o ASA (*Acordo de Swaps da ASEAN*), criado em 1977 com o objetivo de aliviar a escassez de divisas dos bancos centrais da Malásia, Indonésia, Tailândia, Cingapura e Filipinas (CUNHA, 2008).

Além da ampliação dos limites para os *swaps*, se definiu um intercâmbio de informação econômica, o estabelecimento de uma rede de contatos e a criação de um convênio financeiro suplementar. A Declaração de Chiang Mai, de 2003, demonstra a interdependência dos países da região, principalmente em relação à integração financeira nos mercados globais (BICHARA; CUNHA; LELIS, 2008; ADB, 2005).

Segundo Cunha (2008), o acordo ASEAN+3 trouxe facilidades para a cooperação monetária e financeira na região, bem como uma maior segurança perante o surgimento de novas crises. Em 2002, a ASEAN+3 e outros quatro países da região montaram o DCA (Diálogo de Cooperação da Ásia), visando fortalecer as formalidades para apoio em diversas áreas. Conforme Cunha, Bichara e Lelis (2008), o DCA é um espaço de coordenação informal onde iniciativas são articuladas com demais organizações da região, como a APEC, a EMEAC (*Executive Meetings of East Asia Pacific Central Banks*) e a ASEAN+3.

Os países da região conviviam com um excesso de poupança, o que se tornou um problema, pois essa se direcionava para os mercados financeiros do Ocidente. A estratégia é a de introdução de iniciativas para o desenvolvimento de um mercado regional de capitais, o que se denominou *Asian Bond Markets Initiatives* (ABMI). O ABMI trata do desenvolvimento de ações diversas, como o estabelecimento de um padrão contábil uniforme na região e novas bases estruturais para o funcionamento dos mercados financeiros (CUNHA; BICHARA; LELIS, 2008).

Uma questão a ser considerada é como harmonizar as regras de regulação dos mercados de capitais, de tributação e outros aspectos legais que afetam o funcionamento dos mercados, bem como os mecanismos de compensação de pagamentos e a difusão de informação. Isso porque para a criação de um mercado financeiro mais consistente é

necessário adotar parâmetros de regulação e supervisão financeira, bem como criar mecanismos de transparência de informações para toda a infraestrutura dos mercados.

Além disso, deve-se levar em conta os mecanismos de crédito, visando à criação de agências regionais de crédito. Objetivando essa melhoria nos mercados, em 2003 acontece a primeira emissão do ABF (*Asian Bond Fund*). Os avanços são evidentes, mas admite-se que o processo de cooperação financeira na região ainda se encontra numa fase nascente (BICHARA; CUNHA; LELIS, 2008).

Com a intenção de monitorar a economia global e regional, em 2002 surge o ERPD (*Economic Review and Policy Dialogue*) da ASEAN. É um instrumento de avaliação de riscos e condições de financiamento das economias individualmente. Segundo Kawai (2005), é uma forma importantíssima para que, com essa fiscalização, se difundam mais informações e se faça o debate político.

De acordo com Kawai (2005), são três as bases da integração financeira da região. Em primeiro lugar, através da ICM, há um mecanismo de apoio à liquidez no âmbito da ASEAN+3. Além disso, por meio do processo ERPD da ASEAN +3, se estabelece uma fiscalização econômica. E, ainda, o desenvolvimento de um mercado de títulos regionais, fechando as bases desse regionalismo financeiro.

Cunha (2008) complementa as ideias de Kawai e afirma que através de um processo de amadurecimento institucional e focando-se nas principais necessidades, os instrumentos de cooperação foram criados e buscam “fortalecer o diálogo político, a coordenação e a colaboração nas áreas financeira, monetária e fiscal” (CUNHA, 2008, p.185). Segundo ele, também podem ser citados como assentamento da cooperação o Diálogo de Políticas e Análises das Economias, através de encontros anuais dos ministros das Finanças, visando reduzir os riscos e sustentar demais iniciativas, a Iniciativa de Chiang Mai, com o apoio financeiro para financiar desequilíbrios de curto prazo, a ABMI, e o Grupo de Pesquisa do ASEAN+3, que desde 2003 realiza estudos da liberalização financeira, arranjos de cooperação, desenvolvimento dos mercados de capitais e coordenação política.

Com o exposto, pode-se perceber que a crise levou os países do Leste Asiático a criar formas mais concretas de integração, buscando reduzir a vulnerabilidade e mitigar os problemas existentes na região. Rana (2002) cita que a crise fez com que a cooperação nas áreas financeira e monetária se desse de uma maneira mais rápida. Um dos motivos para a aceleração desse processo foi a percepção, por parte dos países da região, da importância que

esses mecanismos exercem, agrupando então sua vontade política para incrementar a cooperação. Cunha (2008) reforça a ideia de Rana caracterizando a crise como um divisor de águas na percepção dos países da região sobre a necessidade de aperfeiçoar as instituições e instrumentos, facilitando a cooperação monetária e financeira. Também na opinião de Kawai (2005) o impacto da crise pode ser percebido nos motivos para a cooperação que se verificou, como a necessidade de mecanismos de ajuda entre os países da região, a insatisfação com o FMI, bem como com suas iniciativas, e o estabelecimento de uma “paz” financeira, aumentando a participação do Leste Asiático na gestão financeira mundial e valorizando o uso das moedas locais.

De acordo com Wan (2008), a crise teve impactos nas estratégias regionais. Enquanto a China apresentou melhoras, empresas japonesas andaram em sentido contrário, com resultados desanimadores de vendas e lucros, revelando um descrédito do seu modelo de desenvolvimento.

Segundo Cunha (2011), entre 1997 e 2002 o quadro era de instabilidade estrutural, com as crises financeiras, e além da crise asiática, acontecem também a moratória russa, as crises cambiais no Brasil e na Argentina e a crise da “bolha especulativa” no setor de alta tecnologia nos EUA. Em meio a essa realidade, a China ascende à condição de potência econômica, o que, segundo o autor, marcou o ciclo de crescimento global entre 2003 a 2008. Todos esses acontecimentos embasaram uma nova fase na integração asiática.

Em 2008, a crise financeira iniciada nos EUA se dissemina mundialmente. Com os EUA enfraquecidos e desestabilizados, os chineses adquirem maior destaque, exercendo sua influência regional e mundial para auxiliar na recuperação econômica. Isso acabou por explicitar uma perda de poder relativo dos norte-americanos e mostrando ainda mais a ascensão de novas forças, no âmbito econômico e político. De acordo com Visentini (2011), o novo *status* econômico e político dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, desde dezembro de 2010, África do Sul) não pode ser ignorado, países com boas taxas de crescimento e que souberam lidar com a crise de maneira a não serem tão afetados como a Europa, por exemplo.

Na região do Leste Asiático, o que se pôde perceber foi que, as economias mais dependentes dos mercados ocidentais foram as mais atingidas, apresentando forte queda no produto. Países como Cingapura, Malásia, Vietnã, Tailândia e Taiwan mostraram-se

bastante enfraquecidas, devido às suas estruturas de produção serem bastante ligadas aos países ocidentais, cujos meios de crédito estavam escassos.

A respeito do papel chinês para a saída da crise, Cunha (2011) cita os efeitos das ações da China para o Leste Asiático:

Os gastos públicos e investimentos originados dos pacotes de estímulo fiscal, particularmente na China, contribuíram, de forma decisiva, para que, já no segundo semestre de 2009, a região apresentasse sinais claros de retomada. Para o conjunto dos países de renda média, as medidas contracíclicas representarão algo próximo a 3,6% do PIB, ao passo que o megapacote chinês atinge 12% do seu PIB. Em decorrência, a situação fiscal corrente dos governos locais se deteriorar-se-à, ainda que, na média, a situação da região é confortável. As políticas monetárias foram beneficiadas pelo recuo da inflação, o que permitiu que os Bancos Centrais da China, Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia afrouxassem os requerimentos de reservas obrigatórias dos bancos comerciais e/ou reduzissem mais agressivamente as taxas básicas de juros (CUNHA, 2011, p.52).

O panorama é recente e breve, porém, ainda segundo Cunha (2011), foi possível perceber os efeitos que o Ocidente exerce sobre a região asiática. Apesar disso, a força chinesa foi mais uma vez evidenciada e “[o] sucesso de sua estratégica de contenção dos efeitos da crise, lastreada em uma base prévia de elevada solvência externa e fiscal, permitiu que a China seguisse exercendo um papel catalisador da integração” (CUNHA, 2011, p.53).

4 O CRESCIMENTO CHINÊS E SEUS IMPACTOS

O que o fenômeno China parece revelar é algo intrigante. A forma como foi organizada sua estratégia de atração do capital multinacional, e a costura de sua aliança com seus vizinhos asiáticos, principalmente o Japão, criaram contradições totalmente novas no capitalismo mundial. Modificou a lógica hegemônica da acumulação mundial, ao borrar seu centro de liderança, que estava nos Estados Unidos, pela atração do capital multinacional como seu parceiro. É um fenômeno novo, que não ocorreu nem no processo de industrialização na América Latina que atraiu o capital multinacional para dentro de suas fronteiras, nem nas estratégias dos Tigres Asiáticos ou do Japão (SAWAYA, 2011, p.215).

Como podemos observar na citação de Sawaya, o processo por qual a China vem passando mostra características novas, tanto no que diz respeito ao crescimento, bem como no tocante às relações com os países centrais e seus vizinhos asiáticos. A compreensão desse fenômeno é um desafio, por apresentar características distintas às antes vistas no mundo globalizado.

De acordo com Oliveira (2005), dentre as tentativas de compreender a China do século XXI, há três principais caminhos. O primeiro é o das modernizações trazidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), numa ação fortemente nacionalista. O segundo é a “mercadização” da economia nacional, cuja implantação não deixou de levar em consideração a “vocaçã socializante” do PCC. Por fim, a internacionalização da economia chinesa, que, segundo o autor, caminha com a consolidação de uma ativa sociedade civil.

O processo atual de regionalização na Ásia não pode ser entendido sem levar em conta o fenômeno chinês. Se, até os primeiros anos dos anos de 1990, era dos japoneses o papel de comando da região, agora é a China que desempenha essa função, absorvendo boa parte das exportações dos países vizinhos e transformando-se no centro de dinamismo da Ásia. O País importa insumos e equipamentos com maior tecnologia, e exporta suas manufaturas para o mercado ocidental (CUNHA, 2011).

4.1 A IMPORTÂNCIA DAS REFORMAS DE 1978

Conforme Horioka e Wan (2008), as reformas implementadas por Deng Xiaoping em 1978 transformaram a China em uma economia capitalista e levaram as taxas de crescimento às alturas. Radtke (2008) corrobora essas ideias ao afirmar que as reformas na China foram elemento fundamental no processo de alavancagem da economia do País, que se tornou um verdadeiro ator global, participando ativamente de várias organizações internacionais.

Em toda a segunda metade do século XX o País apresentou taxas de crescimento significativas. Entre os anos de 1965 e 1980, o PIB cresceu em média 6,8%. Apesar disso, o País sofria de desequilíbrio em alguns setores, principalmente na agricultura. As reformas instituídas em 1978 pelas Quatro Modernizações aceleraram o crescimento já existente. Entre 1980 e 1990, as taxas de crescimento do PIB atingiram a marca de 9,5% ao ano. Considerando o período de 1985 e 1995, a taxa atingiu 10,2%, um valor espantoso na região e no mundo (MEDEIROS, 1998).

Medeiros (1998) discute os fatores que deram impulso ao espantoso crescimento chinês. O aumento da produtividade, decorrente da mecanização da agricultura e outros investimentos nesse setor realizados em 1978, fez com que a tensão sobre as terras agriculturáveis fosse menor, pois se verificou um aumento no emprego na área urbana. Com o crescimento do excedente agrícola, as empresas rurais se expandiram em grande escala, sendo muitas destas empresas fornecedoras para manufaturas das grandes cidades costeiras. Notou-se um aumento da contribuição do consumo para o crescimento da renda nacional.

Em relação ao investimento externo, esse registrou forte aceleração, principalmente a partir de 1985 quando foram verificadas taxas de 40% da renda. A maioria dos investimentos se deu na expansão da capacidade produtiva industrial, principalmente na oferta e distribuição de energia elétrica (MEDEIROS, 1998).

De acordo com Medeiros (1998), as exportações têm demonstrado grande dinamismo. O autor cita o período entre 1984 e 1995, onde as exportações em dólares correntes tiveram um impressionante crescimento de 17% ao ano. Isso contribuiu para que o peso das exportações chinesas na totalidade mundial passasse de 0,75% em 1978 para 3,0% em 1995, segundo dados do Banco Mundial. Já de 2001 para 2008, as exportações saíram de um patamar de US\$ 266 bilhões para US\$ 1,4 trilhão, o que representa 3,5% e 6,2% das exportações mundiais, respectivamente. Para os mesmos anos, as importações passaram de US\$ 232 bilhões para US\$ 1 trilhão, números que reproduzem, respectivamente, 3,9% e 8,1% das importações no mundo.

Em relação a esse grande crescimento das exportações, não se pode deixar de levar Hong-Kong em conta. Esse tem sido o grande mercado para as exportações chinesas. Boa parte da expansão das exportações chinesas destina-se à Hong-Kong para ser reexportada, diminuindo assim as exportações da ilha. O aumento das exportações levou também a um crescimento das importações que, concentradas inicialmente nos alimentos, no decorrer dos anos de 1990 passou a ser de bens intermediários, principalmente máquinas e equipamentos (MEDEIROS, 1998).

Nolan (1996), estudando o IDE no período, percebe que a partir da metade da década de 1990, registrando aceleração do mesmo a partir de 1991, esse tipo de investimento começa a focar no mercado interno, buscando construir capacidade de produção interna, através das *joint-ventures*. Medeiros (1998) questiona o título por muitas vezes do ao IDE como a “máquina do crescimento” chinês. Entretanto, afirma que é através dele que se vêem mais claramente as reformas e mudanças estruturais chinesas.

Outro aspecto que deve ser lembrado, de acordo com Medeiros (1998) é o apoio financeiro vindo do exterior no período inicial das reformas. Nos primeiros anos da reforma, a China começa a receber os financiamentos internacionais, inflando a sua dívida externa em 250%. A dívida externa no País traz na sua composição principalmente os dólares americanos, seguido pelo iene e o dólar de Hong-Kong.

Oliveira (2005) vê na continuidade das reformas um fator importante para o destaque e fortalecimento da China na dimensão global:

Graças ao amadurecimento das reformas de Deng Xiaoping e à boa utilização das obrigações trazidas pelo ingresso na OMC, a China está voltando a ser o centro dinâmico do continente. Os vizinhos da Ásia Oriental começam a ajustar-se de várias maneiras à nova contundência do colosso chinês, e os EUA estão tendo de aceitar uma aliança de trabalho com ele, adiando pelo menos a ambição de funcionarem como o único fator de equilíbrio do Pacífico Norte. Pequim vem buscando fortalecer o eixo Leste Asiático-União Europeia, em contraposição à construção geopolítica meio esdrúxula da Ásia-Pacífico, privilegiada pelos EUA por meio da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) (OLIVEIRA, 2005, p.47).

Segundo Radtke (2008), a forma como se dá o desenvolvimento da China desde a década de 1980 requer para os chineses um acesso estável aos mercados estrangeiros, para adquirir tecnologia e acessar os mercados de capitais. Foi necessário para o País rever suas teorias e práticas em relação às relações internacionais e à segurança, para que fosse possível a China acessar a economia global, que conseqüentemente aumentou a interdependência.

Conforme Oliveira (2005), a China é primeiro país na história das industrializações tardias, com capacidade de competir no nível internacional em produção de baixa tecnologia, bem como na produção de ponta. Ao contrário do ocorrido em outros países da região, a China não abandonou os setores intensivos no trabalho conforme a industrialização progredia. O País continuou ampliando suas exportações de produtos de baixo valor agregado, ao mesmo tempo em que conquista espaço na produção avançada. A China recebe investimentos estrangeiros em indústrias-chave, o que traz benefícios para o setor exportador e facilita para o País a presença em mercados importantes, como o dos EUA. Esse é mais um fenômeno diferenciado que não ocorreu nos países vizinhos.

4.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O Estado chinês tem como um de seus objetivos auxiliar na consolidação de empresas nacionais modernas, com capacidade de concorrência no grande jogo global. O caso da industrialização da China aconteceu num ambiente diferente do ocorrido em países próximos como Japão e Coreia do Sul. Como mencionado anteriormente, esses países gozaram de condições internacionais favoráveis para sua industrialização tardia, condições estas que consolidaram a implantação de indústrias naqueles países. Quando os chineses se empenharam nessa industrialização, as condições já não eram tão benéficas, os países desenvolvidos reivindicavam da periferia em desenvolvimento uma abertura cada vez maior de suas economias. O governo usa então o poder de atração do seu mercado interno, procurando dar segurança às empresas transnacionais, em troca de capital e tecnologia para aperfeiçoar suas empresas nacionais (OLIVEIRA, 2005).

A hipótese defendida por Sawaya (2011) é a de que, com a mundialização ocorrida nos anos 1990, aconteceu uma aliança não subordinada da China com o capital multinacional, vindo das grandes empresas dos centros hegemônicos. Empresas estas não só dos EUA e Europa, mas também dos vizinhos asiáticos, principalmente o Japão e os “tigres asiáticos”.

A China, através da internacionalização da sua economia, e mais recentemente, da sua moeda, vai se consolidando numa posição central para a economia da região. Os chineses desejam assumir esse papel protagonista não só no âmbito regional, mas mundial, contestando a hegemonia dos EUA e de sua moeda, o dólar (CUNHA, 2011).

Entretanto, segundo Sawaya (2011), a inclusão chinesa no processo de mundialização do capital se deu de uma maneira diferenciada se comparado a outros países periféricos. O País tira proveito da mundialização do capital nos anos de 1990, usando o capital multinacional dos países do centro de uma forma controlada e administrada, ao mesmo tempo em que aprimora as relações com os países na sua região, principalmente Japão, Coreia do Sul e Tailândia. Essas diferenças no caminho para o desenvolvimento, fugindo de certas condições que o *mainstream* considera necessárias, colocam em questão as estratégias de desenvolvimento dos países periféricos, principalmente em relação ao papel do Estado e do capital multinacional.

O que causa espanto é que o País colocou em questão a estrutura da hierarquia mundial, baseada principalmente nos EUA e Europa. Sawaya (2011) afirma que, com a hegemonia dos EUA no pós-Guerra e a inserção subordinada dos países periféricos no processo de acumulação, essa “estratégia alternativa” chinesa não era prevista como possível. Ao que parecia, a mundialização dos anos de 1990 reforçava a estrutura capitalista existente, restringindo a possibilidade de uma estratégia diferenciada. O previsível era o “desenvolvimento associado”, sem controlar o capital e admitindo a intervenção do Estado apenas para atuar no interesse do grande capital. Essa era a proposta vigente na década de 1990, aprofundando a subordinação e a dependência.

O primeiro-ministro Zhu Rongji, que assumiu o cargo em meio à crise financeira asiática, foi responsável por um programa desafiador, que pregava o aprofundamento das reformas domésticas e propunha a reformulação das relações com os investidores estrangeiros. Além disso, o País finalmente ingressa na Organização Mundial do Comércio (OMC), aspecto importante para o fortalecimento da economia chinesa. “Graças a tudo isso, a China encetou o século XXI empenhada na edificação de economia de dimensão continental, esteada em modernas malhas de transportes e telecomunicações, processo cujo único antecedente histórico é a continentalização da economia dos EUA, no final do século XIX” (OLIVEIRA, 2005, p.41).

Segundo Cunha (2011), depois da crise asiática a China passou a priorizar, como as demais economias da região, a manutenção das contas correntes superavitárias. O nível do superávit mostrou uma grande expansão, e antes do estouro da crise financeira global em 2008, situava-se em 11% do PIB. Em consonância com esse crescimento, no ano de 2009, as reservas internacionais alcançam um patamar de 46% do PIB, o que, segundo o autor, foi a expressão externa da aceleração do crescimento da economia do País, fortemente associada com a

expansão cada vez maior dos níveis de investimento. Assim, a China, acumulando reservas e comprando títulos do Tesouro dos EUA, torna-se um financiador dos déficits da economia norte-americana.

Enquanto os EUA alimentavam a demanda com crédito farto e barato, do lado da oferta, a China assegurava a oferta de manufaturas a preços baixos, com suas redes globalizadas de produção e comércio (CUNHA, 2011). Nas palavras do autor:

Na verdade, a própria China foi se tornando uma fonte de demanda, cada vez mais importante, particularmente nos seguimentos de energia, alimentos e matérias-primas. A forte alta no preço das commodities não se traduziu em inflação, pelo menos até meados de 2007, pois a China, responsável última por aquele movimento, garantiu a manutenção de preços de manufaturas em níveis estáveis ou cadentes. O aparente milagre do crescimento acelerado e espraiado, com inflação baixa, tem na China o elo explicativo fundamental (CUNHA, 2011, p.7).

Segundo Oliveira (2005), o ingresso na OMC foi o grande feito no caminho da internacionalização da economia do País. Era necessário aperfeiçoar a economia de mercado chinesa, estabilizando e dando a transparência que o capital estrangeiro precisava para ter um bom funcionamento. Abrindo-se ao capital internacional e incentivando a inovação tecnológica, a economia chinesa seguiria em um caminho de eficiência, produtividade e crescimento da economia nacional, acreditava o governo. Deve ser levado em consideração também que o a entrada na China na OMC teve impacto sobre todo o Leste Asiático, com o país ocupando cada vez mais o centro da Ásia.

Cunha (2011) vai de encontro com as ideias de Oliveira (2005), mostrando que os resultados das contas externas demonstram a rapidez com que a economia chinesa internacionalizou-se após entrar para a OMC. De 2002 para 2007, o superávit em conta corrente passa de 2% do PIB para 10,7% do PIB.

Na mesma linha de Cunha, Visentini (2011) cita as benefícios da inserção chinesa no comércio mundial, depois de quinze anos de negociações. Porém, ao mesmo tempo, diz que essa introdução se apresenta como um desafio para a nova potência, em função de aumentar a exposição do país à globalização, sendo necessário a reestruturação e reforço do seu mercado financeiro. Além disso, implica na abertura do mercado interno, ameaçando os setores menos competitivos.

De acordo com Cunha (2011), a visão é de que a ascensão da China foi responsável pelo ciclo com conjuntura extremamente favorável que o mundo viveu entre os anos de 2003 e

2008. Respondendo por uma boa parte da variação da renda mundial, esse crescimento é composto de consumo de alimentos, água, energia e matérias-primas diversas, cujo fornecimento tem origem, cada vez mais, fora do País.

Com a crise financeira que se iniciou nos EUA em 2008, o ritmo do crescimento chinês desacelerou. Em 2008 e 2009 o PIB cresceu 9%, diferentemente das expansões maiores que 10% registradas entre 2003 e 2007. Porém, acredita-se que a economia chinesa recuperou-se rapidamente deste impacto, principalmente pela contribuição dos incentivos fiscais e expansão do crédito, que estimulam a demanda deprimida pela crise (CUNHA, 2011, p.9).

A inovação da estratégia chinesa, segundo Sawaya (2011), está, em meio a uma onda de liberalização, atraindo as grandes corporações dos antigos pólos hegemônicos para o seu território, que, diga-se de passagem, estão sob seu controle. Assim, ela aproveitou a liberdade para captar o capital do centro, adaptando-o a sua estratégia. A China atraiu as grandes empresas, mas manteve o controle do Estado. Foi um processo de instalação de formas capitalistas de produção na periferia, mas com o controle de uma economia centralmente planejada. Dessa maneira, ao mesmo tempo que obtém um aliado, atua contra ele controlando seu capital. Além disso, considerando a vulnerabilidade do mercado externo, a estratégia parece incluir a criação do mercado interno, bem como usar o mercado de seus vizinhos do leste asiático.

Apesar das diferenças da estratégia chinesa para a estratégia japonesa, que se dá basicamente na maneira como se “uniu” ao capital internacional, a China utiliza-se da experiência de seu vizinho, porém atraindo o capital de uma forma inovadora. Essa estratégia consiste em mitigar o poder dos países do centro sobre esse capital, o que consequentemente diminui o poder de ação dos centros hegemônicos. Em suma, acaba pondo o capital multinacional refém dos interesses chineses (SAWAYA, 2011).

Conforme Radtke (2008), há certas regras “internacionais” que as economias de mercado seguem, normas estas que são regidas pelos líderes econômicos-políticos. Sendo assim, os EUA se utilizam de sua influência para moldar os sistemas políticos e econômicos para que fiquem de acordo com o seu modelo. No caso chinês, certas sugestões referentes ao âmbito econômico são aceitas, mas na questão política a China definitivamente não se espelha nos norte-americanos. A implantação de uma economia de mercado não implicou a renúncia do PCC.

4.3 AS RELAÇÕES CHINESAS COM OS PAÍSES VIZINHOS

Conforme já abordado neste trabalho, a crise de 1997-98 foi um marco no processo de integração no leste asiático. Levantou novas preocupações, criou novas agendas, enfim, a dimensão institucional da integração começou a ser mais visada, numa tentativa de aprimorar o regionalismo. Nos anos que se seguiram à crise, um elemento central na intensificação da integração foi o surgimento da China como potência econômica. Dessa forma, através da regionalização, o comércio exterior se recompõe, com fluxos intra-regionais crescentes e centrados na China (CUNHA, 2011).

Nesse movimento, os vizinhos da China compensam a perda de *marketshare* nos mercados ocidentais aumentando suas vendas para os chineses. Assim o volume de comércio de componentes no total das transações entre os países na região é crescente. Essa divisão regional do trabalho envolve etapas sucessivas do processo de produção manufatureiro, desde a extração de matérias-primas até o controle das redes de distribuição. Segundo Cunha (2011), grande parte do comércio intrarregional é composto por exportações de matérias-primas e componentes industrializados dos países vizinhos para a China. O País serve como um centro regional de montagem, cujas exportações posteriores destinam-se principalmente aos EUA.

Para Sawaya (2011), são dois os movimentos que ocorrem na China: a mundialização do capital, fazendo com que o País ocupe novos espaços a partir do centro, e a atração desse capital de uma maneira a se tornar um ator importante no espaço mundial, evitando fazer isso de uma maneira subordinada. Através desse movimento de capitais, atrai as empresas multinacionais, e ao mesmo tempo cria uma rede de alianças com os países vizinhos, construindo assim uma estratégia própria.

Além da atração do capital multinacional, a China utilizou também o grande capital dos países da sua região. Sawaya (2011) salienta que, incluídos na estratégia chinesa, os países vizinhos tornaram-se dependentes do sucesso chinês, em relação ao crescimento econômico. Um exemplo disso são as exportações, enviadas dos países vizinhos para a China, para posteriormente serem enviadas aos países centrais.

Indo nessa direção, Radtke (2008, p.158) argumenta que:

Durante a década de 1980 a China tomou uma decisão fundamental ao reconhecer a existência de uma economia global, e por quinze anos tentou tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). A China deseja participar de um mercado econômico global sem aceitar o modelo de

organização política estadunidense: nesse sentido estratégico, o regionalismo – a conclusão de acordos de livre comércio e acordos de comércio preferencial – facilmente adquire as características de um jogo de contenção e contra-tenção, cercamento e contracercamento, instensificado por problemas de segurança como nos casos referentes à Coreia do Norte e a Taiwan, ou diferenças de abordagem em relação ao “terrorismo” que colocam a China, os EUA e o Japão em atrito.

Conforme Radtke (2008), antes de “usar” os países vizinhos como parte de uma estratégia para aumentar sua influência global, a China primeiramente tem como objetivo estabilizar essas economias. Segundo ele, as estratégias da China no Sudeste e Centro Asiático não visam apenas aumentar o poder chinês frente aos EUA. De acordo com Cunha (2011), além de ser a atual protagonista na criação de vínculos comerciais no leste asiático, a formação de um ambiente institucional mais elaborado e seguro também vem sendo um dos objetivos do País, que vem sendo cada vez mais ativo também nesse sentido.

De acordo com Medeiros (2006) a China faz de seus vizinhos seus grandes aliados, pois os países da região buscam defender os interesses da economia chinesa e manter o seu resultado positivo. O aumento do fluxo de comércio entre os países do leste asiático tem ajudado a aumentar o poder da moeda chinesa, que aos poucos vai se tornando centro das relações comerciais na região, o que diminui, mesmo que não em grande escala, o poder da moeda norte-americana na região. Nesse particular,

Há uma importante complementaridade entre as estruturas produtiva e comercial da China e os demais países da região. No setor agropecuário, a China é exportadora de produtos temperados para a Asean, e importadora de produtos tropicais. Esse fato vem garantindo a viabilização do acordo de cooperação que tem por objetivo uma área de livre comércio China-Asean [...] Já os países com estruturas produtivas mais complexas que a China, como Japão, Taiwan e Coreia, vêm se tornando fontes importantes de suprimento de máquinas, equipamentos e componentes diversos que dão sustentação a um ritmo intenso de ampliação dos investimentos no setor produtivo industrial. Capital e tecnologia fluem na forma financeira – via investimento externo direto – ou na importação de equipamentos modernos (CUNHA, 2011, p.14).

Na região, a China já tem participação na APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), na ASEAN+3, no ARF (*Asian Regional Forum*), na SCO (Organização de Cooperação de Xangai) e é interlocutor da ASEM (*Asian-Europe Meeting*). Sobre o ARF, é um instrumento para discussão, desde 1994, de questões referentes à segurança, onde a China objetiva, de acordo com Visentini (2011), alimentar uma imagem positivo perante os vizinhos meridionais, bem como mitigar a influência japonesa e norte-americana na região do sudeste

asiático. A ASEAN tira proveito da sua relação com a China, possuindo um saldo favorável no acelerado incremento nos fluxos comerciais e de investimento entre a região e os chineses. O ASEAN+3 e o China-ASEAN FTA (*Free Trade Area*) são organismos importantes, em decorrência da base financeira que fornecem para a estabilidade regional e da sustentação dos acelerados fluxos de comércio.

A China usa os acordos de livre comércio e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) também como uma maneira de mitigar as influências norte-americanas e japonesas. O estabelecimento da SCO em 1996 e os acordos de livre comércio firmados, no início do século XXI, e outros projetos como a APEC, devem ser vistos sem deixar de levar em conta esse objetivo (RADTKE, 2008).

Para Radtke (2008), as relações comerciais da China com a ASEAN visam o estabelecimento de um acordo de livre comércio pan-asiático, de maneira similar ao que acontece na NAFTA e à União Europeia com parceiros não-membros. Na China e Coreia do Sul, agentes governamentais e os setores industriais e acadêmicos têm participado do desenvolvimento de pesquisas e estabelecimento de acordos. O mesmo também ocorre no Japão nas medidas visando aperfeiçoar a cooperação internacional asiática. Segundo o autor, a China busca obter acordos comerciais mais abrangentes, que envolvam economia, relações exteriores e relações estratégicas, diferentemente dos países ocidentais, que priorizam os aspectos práticos destes acordos.

A ascensão chinesa surtiu efeitos positivos sobre os países do chamado ASEAN-4 (Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia), em relação aos bens finais, bem como aos bens intermediários (MEDEIROS, 2011). Com a ocorrência desses fluxos, as importações chinesas ficam mais concentradas na Ásia, diferentemente das exportações que têm como principal destino os EUA e a União Europeia. “Portanto, o efeito final do crescimento chinês sobre a região decorreu não apenas do maior ou menor grau de complementaridade da rede verticalizada de produção e do processamento das suas exportações, mas da taxa de crescimento do seu mercado interno” (MEDEIROS, 2011, p.13).

No entendimento de Medeiros (2011), através do dinamismo presente no comércio asiático, percebe-se que é necessário manter a solvência externa das economias, visando certo grau de estabilidade no crescimento e na sua corrente de comércio. E essa solvência tem ligação com as decisões macroeconômicas, a maneira como age o centro cíclico regional.

Nas ideias de Oliveira (2005), a radiação chinesa pelo entorno geográfico do País vem adquirindo um valor político e cultural, deixando de ser apenas econômica. Segundo ele, cresce o *soft-power* da China, considerada como a força internacional de um país que advém de sua influência cultural e ideológica sobre o restante do planeta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou interpretar os acontecimentos econômicos no Leste Asiático entre os anos 1980 e 2010, de maneira a compreender a evolução no processo de integração comercial e econômica presente na região. Para tanto, focou-se nos dois principais atores regionais, a China e o Japão, que lideraram as principais mudanças que afetaram o movimento de integração.

O Japão, sem dúvidas, foi o motor inicial desse processo, no começo ainda contando com o apoio dos norte-americanos. Primeiramente, através da cópia de produtos e tecnologias dos países mais desenvolvidos, formou-se uma estrutura industrial com grande potencial de competitividade, o que trouxe uma ameaça ao poder hegemônico dos EUA.

O Acordo de Plaza, em 1985, foi de grande importância na avaliação desse período, pois através de medidas dos EUA para reverter o déficit comercial com os japoneses, os últimos começam a incrementar as relações com os vizinhos asiáticos. Nesse sentido, o deslocamento de indústrias para as regiões do leste e sudeste foi intensificado. A internacionalização das indústrias foi marcante para o arranjo de uma integração na região.

A China, nesse período inicialmente analisado, sofria as transformações advindas da política das Quatro Modernizações, implementada em 1978. Como pôde se perceber no decorrer do trabalho, a inserção chinesa no mundo globalizado, como uma “Economia Socialista de Mercado”, foi fundamental para as transformações que se seguiram, na sua ascensão econômica e na afirmação de seu poder frente ao capitalismo mundial. A criação de áreas para a captação de capital e tecnologia estrangeiros e a instalação de empresas transnacionais para exportação seguiram, em certa parte, o modelo japonês de desenvolvimento. A China foi se tornando para o Japão, as NEI e a ASEAN uma plataforma de exportação para o mercado central, justamente o papel que os japoneses tinham para a região na década de 1980.

Se for necessário escolher, entre o período estudado neste trabalho, a década de maior importância na evolução da integração na região, essa seria a década de 1990. Durante os anos 1990, uma combinação de movimentos foram decisivos na intensificação das relações econômicas entre os países do Leste Asiático. Em primeiro lugar, é preciso ser citado o enfraquecimento da liderança japonesa, em grande parte afetada pelas mudanças internacionais, como o fim da Guerra Fria. Em sentido oposto, a China mantém seus altos

níveis de crescimento, surgindo como uma nova força motora dos países vizinhos. Ao final da década, uma crise se manifesta na região, provando a importância da existência da cooperação regional, bem como a necessidade de sofisticação nos instrumentos da mesma.

A partir daí foi possível notar os esforços em volta dessa cooperação. O FMA, proposto pelo Japão, foi um deles, no entanto não teve sucesso. Ao contrário do FMA, porém, surgem outras iniciativas como a ICM da ASEAN+3 e o DCA, demonstrando como a crise influenciou para fortalecer as formalidades de apoio entre os países da região. Outro sinal dessa influência são as Áreas de Livre Comércio (ALCs), que surgem principalmente no âmbito da ASEAN+3, representando uma parte significativa do comércio no Leste Asiático. Outra intenção importante, no que tange a integração financeira, é o *Economic Review and Policy Dialogue* (ERPD), instituindo uma fiscalização econômica.

Através destes exemplos, mais desenvolvidos no capítulo 3 do presente trabalho, fica evidente o peso que a crise de 1997-98 teve em relação à carência de instituições e instrumentos que facilitassem a cooperação monetária e financeira na região. A integração foi então se desenhando de uma maneira mais concreta, de forma a reduzir a vulnerabilidade e mitigar os problemas existentes.

É nesse contexto que a China surge como potência econômica. Como o milagre econômico que se evidenciou no Japão nos anos 1960, o crescimento chinês é um fenômeno percebido em sua região e em todo o mundo, sendo característica de destaque no crescimento global nos anos 2000.

Ficou comprovado que, da mesma maneira que as importações chinesas ajudaram os países da região a sair da crise asiática na década de 1990, o país também teve esse papel na crise financeira de 2008. Nesse momento, onde as economias ligadas aos mercados ocidentais foram as mais afetadas, a influência chinesa também auxiliou para que a região não sofresse tão fortemente com a crise, principalmente por meio de pacote de estímulos fiscais.

A China mostra cada vez mais que sua posição central para a economia da região não é transitória. Pelo contrário, seu protagonismo é tão forte que pode contestar a hegemonia e o poder de ação dos norte-americanos e de sua moeda. Sua participação em instituições importantes na região e no mundo, considerando também sua entrada para a OMC, é mais uma sinalização de que seu crescimento não é passageiro.

Os países vizinhos fazem parte da estratégia chinesa de crescimento. Dessa forma, torna-se interessante para todos os países do Leste Asiático que os resultados continuem positivos, e os fluxos de comércio intrarregionais persistem na sua ascensão, reduzindo em certo grau o poder do dólar na região.

Por fim, é preciso reconhecer que, apesar dos avanços, o processo de integração econômica no Leste Asiático ainda é carente no sentido institucional. Os avanços constatados são válidos e de grande importância e a China, como liderança desse movimento, vem se mostrando cada vez mais ativa em relação à institucionalização. Entretanto, os processos de cooperação devem ser cada vez mais aprimorados, também para que se crie um mercado financeiro mais consistente. Os fenômenos são recentes e podem apresentar mutações, mas as perspectivas são positivas e permitem que a China e seus vizinhos do Leste Asiático aumentem cada vez mais sua importância dentro do sistema econômico mundial.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, C. G. **A Economia Japonesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BERG, A. **The Asia Crisis: Causes, Policy Responses, and Outcomes**. Washington: IMF, 1999. (IMF Working Paper, 138). Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp99138.pdf>>.
- BICHARA, J.; CUNHA, A.; LÉLIS, M. Integración Monetaria y Financiera en America del Sur y en Asia. **Latin America Research Review**, v. 43, n. 1, 2008.
- BROCHIER, L. **A intensificação da integração regional no leste asiático: motivações e desafios no período pós-crise financeira de 1997-98**. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21479/000736643.pdf?sequence=1>>
Acesso em: 15 maio 2012.
- CARVALHO, C.; CATERMOL, F. As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.16, n.31, p. 215-252, jun. 2009.
- CUNHA, A. M. A integração Asiática depois da Crise Financeira Global. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 29, n. 55, p. 33-60, mar. 2011.
- CUNHA, A. Integração Monetária e Financeira em condições periféricas: as experiências recentes na Ásia e na América Latina. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 179-212, dez. 2008.
- FAUCETT, L.; HURRELL, A. **Regionalism in world politics: regional organization and international order**. Oxford: Oxford University Press, 1995. Disponível em:
<<http://www.questia.com/library/1359158/regionalism-in-world-politics-regional-organization>>. Acesso em: 2 set. 2012.
- FRANTZ, J. C. H. B. **O desenvolvimento do processo de globalização após a Segunda Guerra Mundial**. 1998. Trabalho de Conclusão (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- HORIOKA, C. WAN, J. **Why does China save so much? China, Asia, and the New World Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World Economic Outlook Database**. Oct. 2012. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

KAWAI, M. East Asian Economic Regionalism: progress and challenges. **Journal of Asian Economics**, Cidade, v. 16, p. 29-55, 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1049007805000205>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

KWAN, C.H. **Yen Bloc: toward economic integration in Asia**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2001. Disponível em: <http://books.google.com/books/about/Yen_Bloc.html?id=AL0JDoUy7rUC>. Acesso em: 13 ago. 2012.

LEÃO, B. G. C. **Japão, China e a Integração Econômica no Leste Asiático: o papel dos Estados nacionais e redes produtivas**. Brasília: FUNAG, 2010.

MEDEIROS, C. A economia política da internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.139-178.

MEDEIROS, C. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, v.26, n.3, p. 381-400, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n3/a04v26n3.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MEDEIROS, C. A. Os dilemas da Integração sul-americana. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 213-254, dez. 2008. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311538290.CD5_0_214.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2012.

MEDEIROS, C. A Dinâmica da Integração Produtiva Asiática e os Desafios à Integração Produtiva no Mercosul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 29, n.55, p. 7-32, mar. 2011.

MEDEIROS, C. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente da China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, [1998]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/textos/medeiroschina.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2012.

NOLAN, P. Large Firms and Industrial Reforms in Former Planned Economies: the Case of China. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, 20. 1996. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/content/20/1/1.abstract>>. Acesso em: 20 set. 2012.

OLIVEIRA, A. Tentando compreender a China. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Olhares ao leste: o desafio da Ásia nas Relações Internacionais**. São Paulo: Desatino, 2005. p. 31-48.

PALMA, G. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos EUA no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 393-454.

PRESSER, M. F. Globalização e regionalização: notas sobre o Mercosul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 86-100, nov. 1995. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/991/1300>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RADTKE, K. **A visão chinesa para o regionalismo no sudeste asiático e na Ásia central.** Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RANA, P. **Economic Integration in East Asia:** trends, prospects and a possible roadmap. Taiwan: ADB, 2005. (ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration, 2). Disponível em: <http://newasiaforum.org/china_pradumna_rana.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

RANA, P. **Monetary and Financial Cooperation in East Asia:** the Chiang Mai Initiative and beyond. Manila: Asia Development Bank, 2002. (ERD Working Paper, 6). Disponível em: <<http://www.adb.org/publications/monetary-and-financial-cooperation-east-asia-chiang-mai-initiative-and-beyond>>. Acesso em: 2 set. 2012.

SACHS, J.; WOO, W. China's transition experience, reexamined. **Transition Economics Division**, v. 7, n. 3-4, p. 1-40, Mar./Apr, 1996. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTTRANSITION/Newsletters/20561381/apr96.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SAWAYA, R. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, 3. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. p. 205-236.

STORY, J. **China, a corrida para o mercado:** o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial. São Paulo: Futura, 2004.

TAVARES, M.C.; BELLUZZO, L.C. A mundialização do capital e a expansão do poder Americano. In: FIORI, J.L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 111-138.

TERRY, E. **How Asia got rich:** Japan, China and the Asian Miracle. New York: M.E. Sharpe, 2002.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **UNCTAD Statistics**. Genebra, 2012. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/Statistics.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

VISENTINI, P. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.19, n. supl., p.131-141, nov.2011.

VISENTINI, P. **As relações diplomáticas da Ásia:** articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Trato, 2012.

VISENTINI, P.; RODRIGUES, G. **O Dragão Chinês e o Tigre Asiático**. Porto Alegre: Novo Século: 2000.

WADE, R. **Governing the market:** economic theory and the role of government in East Asian Industrialization. New Jersey: Princeton University Press, 1990. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=VTko4TvTOgsC&pg=PA8&hl=pt-BR&source=gb_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 ago. 2012.

WAN, M. **The Political Economy of East Asia**: striving for wealth and power.
Washington, D.C.: CQ Press, 2008.

APÊNDICE A – TABELAS

TABELA 1
BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 1980-1989 (US\$ MILHÕES)

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
1980	52.066	-7.380	-6.440	-6.768	72.653
1981	48.497	-2.712	-8.758	-10.248	70.215
1982	15.146	4.770	1.123	-15.579	24.832
1983	-20.111	6.573	-2.435	-17.190	-7.059
1984	-6.054	10.177	-5.042	-8.632	-2.557
1985	-11.504	-1.925	-7.005	-2.050	-523
1986	-4.786	15.336	-12.150	-2.210	-5.761
1987	22.501	31.970	-8.746	363	-1.087
1988	15.006	24.045	-11.395	1.689	666
1989	14.311	17.435	-10.302	-254	7.432

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 2
BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 1990-1999 (US\$ MILHÕES)

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
1990	15.208	25.654	-9.374	-8.961	7.888
1991	-60.079	21.961	-15.874	-10.058	-56.107
1992	-25.672	15.791	-13.406	-4.730	-23.327
1993	-39.006	4.148	-9.331	-10.706	-23.118
1994	-6.740	8.824	513	-7.646	-8.432
1995	-45.947	-9.945	-7.477	-18.140	-10.386
1996	-33.769	-8.825	-7.150	-18.019	224
1997	25.464	28.205	-3.529	-3.810	4.599
1998	96.183	79.985	-11.633	46.908	-19.078
1999	116.175	63.782	1.284	44.854	6.254

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 3
BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTA CORRENTE – 2000-2010 (US\$ MILHÕES)

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
2000	135.497	51.143	6.224	37.558	40.571
2001	126.597	53.790	8.218	31.145	33.444

2002	150.635	80.883	14.894	32.259	22.599
2003	208.668	107.064	12.494	48.561	40.549
1004	243.745	136.494	-25	41.910	65.365
2005	370.642	190.531	350	44.856	134.904
2006	555.664	296.278	3.610	87.029	168.746
2007	698.405	436.639	15.499	111.980	134.288
2008	726.669	471.871	-26.601	71.461	209.939
2009	484.318	354.454	-17.866	107.663	40.067
2010	546.621	386.144	-27.293	107.739	80.031

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 4
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1980-1989, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South- Eastern Asia	Western Asia
1980	401.506	89.006	30.957	82.089	199.453
1981	419.006	104.223	30.472	86.402	197.909
1982	373.958	103.713	39.677	83.674	146.893
1983	349.097	109.623	42.228	84.417	112.829
1984	369.190	129.822	38.377	91.205	109.785
1985	350.335	132.028	34.814	84.836	98.656
1986	340.489	159.874	28.517	80.470	71.628
1987	441.076	215.197	36.484	99.549	89.846
1988	519.210	261.853	38.066	125.732	93.559
1989	589.471	285.081	44.174	148.524	111.693

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 5
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1990-1999, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South- Eastern Asia	Western Asia
1990	677.807	311.655	54.792	175.305	136.056
1991	734.622	356.999	55.956	199.886	121.781
1992	834.714	408.986	60.453	227.843	137.433
1993	911.478	451.597	62.296	261.190	136.394
1994	1.053.074	527.018	69.273	313.594	143.189
1995	1.279.615	637.516	77.827	398.397	165.875
1996	1.398.454	683.760	86.033	428.607	200.055
1997	1.495.129	746.262	87.415	445.627	215.826
1998	1.376.284	713.059	83.346	397.298	182.581
1999	1.486.313	750.309	96.481	434.935	204.588

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 6
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 2000-2010, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
2000	1.814.666	911.332	115.973	511.773	275.588
2001	1.704.498	866.513	114.897	468.385	254.703
2002	1.866.132	970.891	131.308	494.328	269.605
2003	2.223.663	1.174.827	157.465	554.271	337.099
2004	2.818.881	1.497.491	200.892	674.198	446.301
2005	3.404.453	1.767.934	265.700	776.014	594.804
2006	4.058.653	2.114.928	321.600	908.150	713.975
2007	4.807.061	2.536.211	395.658	1.042.270	832.922
2008	5.644.474	2.881.193	473.817	1.190.968	1.098.495
2009	4.651.237	2.432.749	409.088	1.001.500	807.901
2010	5.928.732	3.151.402	528.800	1.277.113	971.418

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 7
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 1980-1989, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
1980	543	950	284	2.636	-3.328
1981	13.329	2.614	284	3.596	6.834
1982	17.136	1.860	68	3.624	11.584
1983	10.894	2.307	-6	3.293	5.300
1984	11.557	3.038	150	2.873	5.495
1985	5.397	2.248	135	2.316	698
1986	9.254	4.894	135	2.870	1.355
1987	13.441	9.883	83	4.422	-946
1988	17.964	9.983	332	7.066	583
1989	16.948	8.403	440	7.716	390

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 8
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 1990 – 1999, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
1990	22.628	8.791	213	12.821	804
1991	24.155	7.946	447	13.639	2.122

1992	32.933	16.326	754	12.739	3.113
1993	55.967	35.920	1.354	16.585	2.107
1994	68.103	43.774	1.950	20.496	1.883
1995	80.490	46.575	2.816	28.632	2.466
1996	96.560	56.086	3.380	32.915	4.179
1997	107.396	61.849	5.414	35.940	4.193
1998	93.462	65.554	3.926	20.926	3.057
1999	113.759	77.734	3.249	31.011	1.764

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 9
INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO, 2000-2010, US\$ MILHÕES

Ano	Developing Economies - Asia	Eastern Asia	Southern Asia	South-Eastern Asia	Western Asia
2000	147.787	116.641	4.864	22.696	3.586
2001	115.968	79.067	7.513	22.095	7.292
2002	100.083	67.707	10.713	17.268	4.396
2003	123.707	72.694	8.239	29.878	12.896
2004	177.983	106.336	10.695	39.672	21.280
2005	218.420	116.189	14.431	43.301	44.499
2006	290.907	131.829	27.919	64.038	67.121
2007	349.412	151.004	34.695	85.603	78.112
2008	380.360	185.253	52.869	50.254	91.985
2009	315.238	159.183	42.370	47.408	66.276
2010	384.063	201.364	31.746	92.760	58.193

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: UNCTAD, 2012.

TABELA 10
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 1980-2010, VARIACÃO %

Ano	Exports		Imports	
	China	Japão	China	Japão
1980	23,0	17,0	17,4	-7,8
1981	17,0	13,3	7,6	2,1
1982	0,2	1,4	-13,7	-0,7
1983	-0,4	5,0	9,5	-3,4
1984	18,1	15,3	33,0	10,5
1985	6,9	5,3	57,3	-2,7
1986	-6,4	-5,1	-13,3	3,8
1987	15,5	-0,1	-10,9	9,0
1988	8,4	6,7	17,6	18,7
1989	4,0	9,5	3,7	18,0
1990	-3,3	7,2	-16,7	8,1
1991	24,8	5,2	21,8	-1,1
1992	22,4	4,4	35,9	-1,1

1993	3,7	0,4	38,8	-1,3
1994	32,1	2,2	9,0	23,6
1995	11,3	4,2	11,4	11,4
1996	17,4	5,9	14,5	14,3
1997	32,1	11,1	11,4	1,2
1998	14,1	-2,7	10,7	-6,7
1999	11,1	1,8	13,7	3,3
2000	21,4	12,6	22,1	10,7
2001	11,3	-7,0	14,1	0,9
2002	20,9	7,9	22,6	0,3
2003	18,3	9,5	21,6	4,0
2004	18,4	14,0	19,6	8,0
2005	23,6	6,2	13,4	4,2
2006	23,9	9,9	16,0	4,5
2007	19,8	8,7	13,9	2,3
2008	8,4	1,4	3,7	0,3
2009	-10,3	-24,2	4,2	-15,7
2010	27,8	24,3	20,1	11,2

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: IMF 2012.

TABELA 11
PIB, 1980-2010, VARIAÇÃO %

Ano	China	Japão
1980	7,9	3,2
1981	5,2	4,2
1982	9,1	3,4
1983	10,9	3,1
1984	15,2	4,5
1985	13,5	6,3
1986	8,8	2,8
1987	11,6	4,1
1988	11,3	7,1
1989	4,1	5,4
1990	3,8	5,6
1991	9,2	3,3
1992	14,2	0,8
1993	14,0	0,2
1994	13,1	0,9
1995	10,9	1,9
1996	10,0	2,6
1997	9,3	1,6
1998	7,8	-2,0
1999	7,6	-0,2
2000	8,4	2,3
2001	8,3	0,4
2002	9,1	0,3
2003	10,0	1,7
2004	10,1	2,4
2005	11,3	1,3
2006	12,7	1,7

2007	14,2	2,2
2008	9,6	-1,0
2009	9,2	-5,5
2010	10,4	4,5

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: IMF, 2012.

TABELA 12
PIB, 1980-2010, VARIAÇÃO %

Ano	Hong Kong	Indonésia	Malásia	Filipinas	Cingapura	Taiwan	Tailândia	Coreia
1980	10,3	9,9	7,4	5,1	10,0	7,3	4,6	-1,9
1981	9,4	7,6	6,9	3,4	10,7	6,5	5,9	7,4
1982	3,0	2,2	5,9	3,6	7,2	4,0	5,4	8,3
1983	5,9	4,2	6,3	1,9	8,6	8,3	5,6	12,2
1984	9,9	7,0	7,8	-7,3	8,8	9,3	5,8	9,9
1985	0,7	2,5	-0,9	-7,3	-0,7	4,1	4,6	7,5
1986	11,0	5,9	1,2	3,4	1,3	11,0	5,5	12,2
1987	13,4	4,9	5,4	4,3	10,8	10,7	9,5	12,3
1988	8,4	5,8	9,9	6,8	11,1	5,6	13,3	11,7
1989	2,2	7,5	9,1	6,2	10,3	10,3	12,2	6,8
1990	3,9	7,2	9,0	3,0	10,1	6,9	11,6	9,3
1991	5,7	7,0	9,5	-0,6	6,5	7,9	8,1	9,7
1992	6,1	6,5	8,9	0,3	7,0	7,6	8,1	5,8
1993	6,0	8,0	9,9	2,1	11,5	6,7	8,3	6,3
1994	6,0	7,5	9,2	4,4	10,6	7,6	9,0	8,8
1995	2,3	8,2	9,8	4,7	7,3	6,4	9,2	8,9
1996	4,2	7,8	10,0	5,8	7,6	5,5	5,9	7,2
1997	5,1	4,7	7,3	5,2	8,5	5,5	-1,4	5,8
1998	-6,0	-13,1	-7,4	-0,6	-2,2	3,5	-10,5	-5,7
1999	2,6	0,8	6,1	3,1	6,2	6,0	4,5	10,7
2000	8,0	4,2	8,7	4,4	9,0	5,8	4,8	8,8
2001	0,5	3,6	0,5	2,9	-1,2	-1,7	2,2	4,0
2002	1,8	4,5	5,4	3,6	4,2	5,3	5,3	7,1
2003	3,0	4,8	5,8	5,0	4,6	3,7	7,1	2,8
2004	8,5	5,0	6,8	6,7	9,2	6,2	6,3	4,6
2005	7,1	5,7	5,0	4,8	7,4	4,7	4,6	4,0
2006	7,0	5,5	5,6	5,2	8,8	5,4	5,1	5,2
2007	6,4	6,3	6,3	6,6	8,9	6,0	5,1	5,1
2008	2,3	6,0	4,8	4,2	1,7	0,7	2,6	2,3
2009	-2,6	4,6	-1,5	1,1	-1,0	-1,8	-2,3	0,3
2010	7,1	6,2	7,2	7,6	14,8	10,7	7,8	6,3

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: IMF, 2012.

TABELA 13
BALANÇA COMERCIAL DOS EUA COM A CHINA, 1980-2008, US\$ BILHÕES

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1980	3,76	1,16	2,59

1985	3,80	4,22	-42
1990	4,81	16,26	-11,45
1995	11,75	48,51	-36,76
2000	16,25	107,62	-91,36
2005	41,84	259,83	-217,99
2008	71,41	337,75	-266,33

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: CARVALHO; CATERMOL (2009).

TABELA 14
PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES
MUNDIAIS, 1980-2007, US\$ BILHÕES

ANO	EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	EXPORTAÇÕES DA CHINA	PARTICIPAÇÃO (%)
1980	2,03	0,03	1,4
1985	1,95	0,03	1,5
1990	3,45	0,06	1,7
1995	5,16	0,15	2,9
2000	6,45	0,25	3,9
2005	10,48	0,76	7,3
2007	13,90	1,22	8,8

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: CARVALHO; CATERMOL (2009).